



Inflação em alta exige maior coordenação econômica

Síntese: O aumento generalizado dos alimentos trouxe a ameaça de escalada inflacionária novamente para o centro das atenções. Quem mais perde são os que vivem de salário: nos últimos 12 meses, a cesta básica ficou até 30% mais cara em algumas capitais do país. Até agora o governo Lula fez da alta dos juros básicos sua principal arma para conter os preços, expediente que pode voltar a ser utilizado pelo Copom no início de junho. Taxas mais altas, porém, podem ser insuficientes, principalmente porque o governo central continua gastando muito: as despesas cresceram 9,4% até abril.

A inflação voltou a protagonizar o noticiário econômico. Depois de anos de relativa estabilidade, nas últimas semanas os índices de preços vêm empreendendo uma perigosa escalada. Alimentos são os maiores vilões da alta recente. Isso significa que os principais prejudicados são justamente os mais pobres, que vivem de salário. O mais grave é que não se vislumbram políticas claras por parte do governo federal para buscar conter os aumentos.

Há quase 14 anos o país tem convivido com índices civilizados de inflação, depois de ter enfrentado um processo hiperinflacionário ao longo de quase duas décadas. O grande responsável por domesticar o custo de vida foi o Plano Real, cujo marco é o lançamento da nova moeda, em julho de 1994. É certo que houve épocas de aceleração de preços ao longo do período; estiveram, porém, sempre ligados a fatores conjunturais.

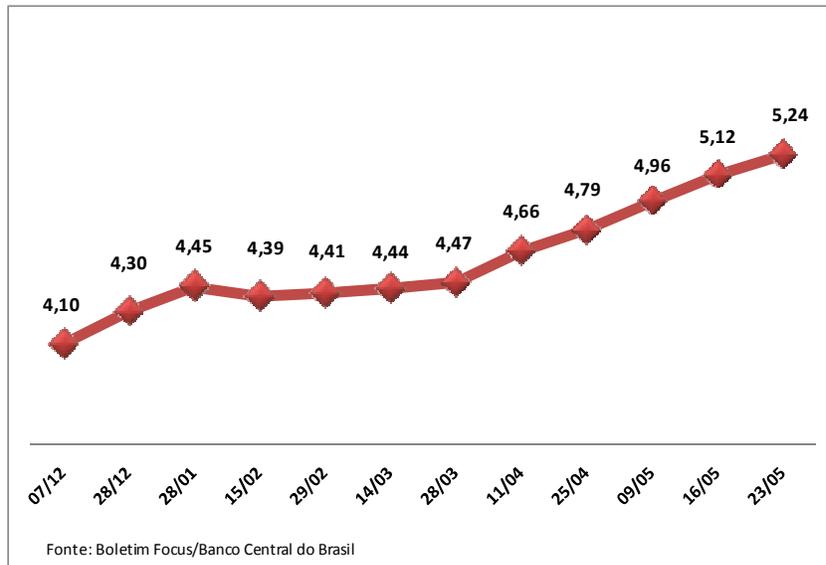
O movimento, agora, tem características estruturais – e já gerou até um neologismo: *agflação*, ou seja, a inflação associada ao aumento generalizado de preços agrícolas. A alta recente tem contaminado boa parte das economias do mundo, até mesmo as mais desenvolvidas, embora em graus distintos.

Peso maior sobre os mais pobres

Os países emergentes começam a sofrer mais, pelo fato de os alimentos pesarem mais na cesta de consumo de suas populações do que na das nações mais ricas. E também porque, nestes países, elevações no preço da comida tendem a puxar os custos dos demais artigos igualmente para cima. A revista *The Economist* estima que, nos próximos meses, dois terços da população mundial estará defrontando-se com inflação de dois dígitos; a média mundial será a mais alta desde 1999.

No Brasil a situação ainda não é desesperadora, como ocorre na Argentina e na Venezuela, para citar apenas alguns exemplos: nestes dois países, os índices anuais rondam a casa de 30%. Medida pelo IPCA do IBGE, a inflação ao consumidor acumulada nos últimos 12 meses está em 5,04%. É um número levemente acima do centro da meta para 2008 estabelecida dois anos atrás pelo Conselho Monetário Nacional: 4,5%. O risco maior, porém, é de que a alta não cesse.

Expectativa de inflação para 2008 (IPCA, em %)



Se o índice médio ainda parece sob controle, o mesmo não se pode dizer dos preços dos alimentos. A cesta básica pesquisada pelo Dieese nas principais capitais brasileiras ficou entre 14% (em Porto Alegre) e 30% (em Belo Horizonte) mais cara desde abril de 2007. Isso representa uma enorme corrosão no poder aquisitivo dos trabalhadores, uma vez que os reajustes salariais têm, na maior parte dos casos, se limitado à reposição da inflação oficial.

Prova disso é que em abril último, segundo o mesmo Dieese, o assalariado médio precisou trabalhar 11 horas a mais para adquirir os produtos essenciais da cesta básica em comparação com o que tinha de trabalhar um ano atrás. Atualmente uma cesta consome 53% do salário mínimo, percentual que era de apenas 47% em abril de 2007.

Juros como arma única

Desde que os primeiros sinais mais claros de ascensão de inflação surgiram no horizonte, a principal arma usada pela equipe econômica do governo Lula para tentar frear as elevações foi o aumento dos juros básicos – em 11,75% ao ano desde o início de março. A receita é ainda mais amarga em um país como o nosso: o Brasil continua a liderar o ranking mundial de juros reais, em um momento em que a maior parte das economias pratica taxas negativas, ou seja, menores que a inflação corrente.

As indicações recentes dão conta de que o expediente ortodoxo deve continuar a ser utilizado. Na primeira semana de junho o Comitê de Política Monetária do Banco Central volta a reunir-se para definir a taxa que irá vigorar pelos 45 dias seguintes. A expectativa é de nova alta. Com isso, a autoridade monetária busca represar o consumo ascendente, mas gera, como efeito colateral, o arrefecimento do ímpeto de investir dos empreendedores. Isso representa menos produção, menos emprego e menos renda disponível para a população.

Elevar os juros deveria ser não a principal, mas a última saída a ser buscada pelas autoridades econômicas. Há alternativas mais saudáveis e bem menos danosas, como a contenção dos gastos do governo. Tal opção, porém, não

encontra eco no governo Lula. Pior que isso, o que se vê é uma escalada persistente das despesas públicas.

Um governo cada vez mais gastador

Entre janeiro e abril deste ano, os gastos do governo central cresceram 9,4% comparados a igual período de 2007. Em termos absolutos, as despesas federais saltaram de R\$ 131,5 bilhões para R\$ 144 bilhões no quadrimestre, ou seja, um crescimento de R\$ 12,5 bilhões no período. Este aumento reflete-se diretamente na demanda sobre bens e serviços da economia nacional e, em consequência, em mais impulso inflacionário.

No fim de maio o governo Lula decidiu aumentar em meio ponto percentual a meta fixada para o superávit do setor público neste ano, que era de 3,8% do PIB. Na prática, o novo padrão já vinha sendo observado: nos 12 meses encerrados em abril (dado mais recente disponível) a economia feita pelo governo para pagar juros estava em 4,23% do PIB. A medida é positiva, ainda que possa mostrar-se insuficiente.

O desejável é que haja um rol de ações coerentes de política econômica com capacidade para deter a inflação sem sacrificar o desenvolvimento. Isso significa tirar da alçada exclusiva da política monetária a atribuição de desaquecer a economia e de, com isso, segurar a alta de preços. Parece claro que a escalada atual tem forças-motrizes que escapam ao poder moderador dos juros, o que significa dizer que taxas internas mais altas talvez não consigam conter as remarcações. A tarefa torna-se bem mais inglória diante da ganância federal.

O atual momento econômico surge como o de maior desafio nestes quase seis anos de governo Lula. Até aqui o país valeu-se de conquistas obtidas desde a estabilização e das reformas institucionais posteriores, como a adoção das metas de inflação e das metas fiscais, em 1999. A atual gestão dará uma grande contribuição ao futuro se, pelo menos, conseguir impedir que a inflação se espraie. Parece ser demais esperar dela muito mais que isso.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br